



UNILAB

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA

AFRO-BRASILEIRA – UNILAB

BACHARELADO EM HUMANIDADES (BHU)

ANA KAROLINA NASCIMENTO DA SILVA

**AS EXPERIÊNCIAS VIVENCIADAS POR ESTAGIÁRIOS/AS DA EDUCAÇÃO
INCLUSIVA NA ESCOLA SEBASTIÃO JOSÉ BEZERRA, DA LOCALIDADE DE
OUTEIRO 2, REDENÇÃO (CE)**

REDENÇÃO

2024

ANA KAROLINA NASCIMENTO DA SILVA

AS EXPERIÊNCIAS VIVENCIADAS POR ESTAGIÁRIOS/AS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA ESCOLA SEBASTIÃO JOSÉ BEZERRA, DA LOCALIDADE DE OUTEIRO 2, REDENÇÃO (CE)

Projeto de Pesquisa apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades (BHU), vinculado ao Instituto de Humanidades (IH), da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira (UNILAB), como requisito final para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Jon Anderson Machado Cavalcante.

REDENÇÃO (CE)

2024

SUMÁRIO

RESUMO.....	4
1. INTRODUÇÃO.....	6
2. JUSTIFICATIVA.....	9
3. DISCUSSÃO TEÓRICA.....	14
3.1 históricos da educação especial até o paradigma da inclusão.....	14
3.2 Educação inclusiva e legislação brasileira.....	15
3.3 políticas públicas e formação de docentes na perspectiva da inclusão.....	17
3.4 desafios e potencialidades vivenciadas pelos/as estagiários/as na educação inclusiva...20	
4. OBJETIVOS.....	24
4.1 Objetivo geral.....	24
4.2 Objetivos específicos.....	24
5. METODOLOGIA.....	25
6. CRONOGRAMA.....	27
7. REFERÊNCIAS.....	28

RESUMO

Este projeto tem como objetivo investigar os desafios e as potencialidades enfrentados pelos estagiários de educação inclusiva na Escola Sebastião José Bezerra, localizada em Redenção-CE. Com foco na atuação prática e na formação desses estagiários, o estudo busca compreender como eles vivenciam o estágio, quais dificuldades enfrentam e de que forma o suporte oferecido pela escola contribui para sua formação e para a inclusão dos alunos com deficiência. A pesquisa, de abordagem qualitativa, será realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, grupos focais e observação participante. O projeto parte da premissa de que, embora o estágio seja uma oportunidade de aprendizado significativo, a falta de suporte técnico e psicológico adequado, bem como lacunas na formação teórica, limitam a atuação dos estagiários. Além disso, questões como a resistência de alguns pais e professores, e a sobrecarga gerada pela insuficiência de profissionais especializados, agravam os desafios da inclusão escolar. Os resultados esperados visam contribuir para o aprimoramento das práticas pedagógicas, sugerindo melhorias nas políticas de formação e suporte aos estagiários na educação inclusiva, com o intuito de fortalecer a inclusão e promover um impacto positivo tanto para os estagiários quanto para os alunos com deficiência.

Palavras-chave: Estagiários/as do ensino inclusivo, ensino inclusivo, Inclusão escolar, Redenção-CE, políticas públicas educacionais.

ABSTRACT

This project aims to investigate the challenges and potentials faced by inclusive education interns at Escola Sebastião José Bezerra, located in Redenção-CE. Focusing on the practical work and training of these interns, the study seeks to understand their experiences, the difficulties they encounter, and how the support provided by the school contributes to their training and the inclusion of students with disabilities. The research, adopting a qualitative approach, will be conducted through semi-structured interviews, focus groups, and participant observation. The project is based on the premise that, although the internship is an opportunity for significant learning, the lack of adequate technical and psychological support, as well as gaps in theoretical training, limit the interns' performance. Additionally, issues such as resistance from some parents and teachers, and the overload caused by the insufficient number of specialized professionals, exacerbate the challenges of school inclusion. The expected results aim to contribute to the improvement of pedagogical practices, suggesting enhancements in training and support policies for interns in inclusive education, with the goal of strengthening inclusion and having a positive impact on both interns and student

Keywords: Inclusive education interns, inclusive education, school inclusion, Redenção-CE, educational public policies with disabilities.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão educacional é um tema de grande relevância nas discussões contemporâneas. De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015), em seu artigo 28, “incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar” as condições para um ensino inclusivo. No inciso III, a lei estabelece a necessidade de um “projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado”, garantindo o pleno acesso ao currículo, permanência escolar e promovendo a autonomia dos/as estudantes com deficiência.

Além disso, no inciso XVII, menciona a “oferta de profissionais de apoio escolar” (Brasil, 2015) como forma de contribuição nas práticas educativas inclusivas. Complementarmente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) determina que é dever do Estado garantir o “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino” (Brasil, 1996).

Levando em consideração o vasto aparato regulatório que o Brasil possui, produzido sobretudo após a redemocratização, podemos observar grandes avanços em direção à inclusão de alunos/as com alguma deficiência física e/ou cognitiva. Dados do resumo técnico do Censo Escolar da Educação Básica de 2022 ilustram essas mudanças ao apontar que:

O número de matrículas da educação especial chegou a 1,5 milhão em 2022, um aumento de 29,3% em relação a 2018. O maior número está no ensino fundamental, que concentra 65,5% dessas matrículas. Quando avaliado o aumento no número de matrículas entre 2018 e 2022, percebe-se que as de educação infantil são as que mais cresceram, um acréscimo de 100,8% (Brasil, 2023. p. 36)

Com o crescimento desse número de matrículas, a necessidade de profissionais de apoio escolar se torna evidente, uma vez que os professores, sozinhos, não conseguem atender a todas as demandas dos alunos com deficiências. Esses profissionais são designados para acompanhar as crianças, auxiliando-as em atividades diárias como alimentação, locomoção e higiene.

Em um contexto onde a diversidade de necessidades e características dos alunos é cada vez mais reconhecida, a formação e atuação dos professores na educação inclusiva adquirem relevância significativa no cenário escolar. Contudo, segundo Mantoan (2003, p. 20),

A inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora. Ela provoca uma crise escolar, ou melhor, uma crise de identidade institucional, que, por sua vez, abala a identidade dos professores e faz com que seja resignificada a identidade do aluno. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais. (Mantoan, 2003, p. 20),

Podemos observar que a autora reflete sobre esse novo cenário inclusivo, marcado pela necessidade de adaptação não só do espaço físico, mas da reestruturação do modelo educacional.

Neste novo cenário inclusivo escolar, surge uma figura de grande importância no processo: o profissional de apoio escolar (PAE). Esse profissional pode receber diversas nomenclaturas, como cuidador, auxiliar do apoio inclusivo, bolsista do ensino inclusivo e estagiário do ensino inclusivo, variando de acordo com cada município. No presente projeto de pesquisa, referir-me-ei ao PAE como estagiário/a do ensino inclusivo, conforme estabelecido na Lei nº 1717, de 1º de fevereiro de 2019, que regulamenta o papel dos estagiários da educação inclusiva em Redenção-CE (2019). De acordo com o artigo 12 desta lei:

Art. 12. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a instituir o estágio remunerado, em cursos de licenciaturas, Humanidades, Pedagogia ou Psicologia, com duração de 06 (seis) meses, prorrogáveis por igual período, com duração máxima de até 02 (dois) anos, com a finalidade de acompanhar estudantes da Rede Municipal de Ensino de Redenção que necessitem de apoio específico em horário escolar, em decorrência de deficiência física ou intelectual que afete a aprendizagem. (Redenção, 2019)

A pesquisa será realizada na Escola de Ensino Infantil e Fundamental Sebastião José Bezerra, localizada na localidade de Outeiro II, no município de Redenção, no estado do Ceará. A escola está situada a aproximadamente 3 km do centro da cidade, atendendo alunos provenientes não apenas da própria localidade de Outeiro II, mas também da sede do município e das áreas rurais das serras de Gurguri. O estabelecimento conta atualmente com uma equipe de 20 profissionais de apoio escolar, que compõem o quadro de funcionários

Visa analisar as experiências vivenciadas por estagiários da educação inclusiva na Escola Sebastião José Bezerra. Para alcançar esse objetivo geral, é essencial descrever as vivências desses estagiários, destacando os aprendizados e as lacunas existentes no exercício

de suas funções, as interações que estabelecem com os alunos, a família e a equipe escolar. Além disso, a identificação das principais dificuldades enfrentadas pelos estagiários. Esta pesquisa contribuirá para a reflexão sobre a atuação dos estagiários como agentes fundamentais no processo de inclusão escolar e para o aprimoramento das políticas educacionais inclusivas na cidade de Redenção.

2 JUSTIFICATIVA

A educação inclusiva representa um dos pilares fundamentais para a construção de uma sociedade mais igualitária e acolhedora. No contexto brasileiro, o direito à educação de qualidade para todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, cognitivas ou sociais, é garantido pela Constituição Federal e pelas leis que regem a educação nacional. A Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Brasil, 1996) estabelecem um marco normativo que visa assegurar o acesso dos alunos com deficiência à educação regular, com a adaptação do currículo, a eliminação de barreiras arquitetônicas e pedagógicas, e a oferta de profissionais de apoio escolar, essenciais para promover a inclusão plena desses alunos.

Este tema é de extrema relevância social, pois busca garantir que todos os alunos, independentemente de suas condições ou deficiências, tenham acesso igualitário à educação. O Brasil, ao longo dos anos, tem avançado em termos de políticas públicas para promover a inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares. No entanto, ainda existem desafios significativos em relação à adequação dos ambientes escolares, à formação de profissionais qualificados e à oferta de suporte pedagógico adequado.

Uma história emblemática que ilustra as dificuldades enfrentadas por alunos com deficiência e a transformação nas políticas de inclusão em Redenção (CE) é a de Samuel Delfino Silva, um jovem de 17 anos, com paralisia cerebral. De acordo com uma reportagem publicada pelo Diário do Nordeste em abril de 2016¹ Samuel, devido à sua condição, precisava de acompanhamento especializado nas atividades escolares. Porém, na Escola de Ensino Médio Brunilo Jacó, localizada na cidade de Redenção, onde estudava, ficou 70 dias sem frequentar as aulas porque a escola não disponibilizou o cuidador ou profissional de apoio necessário para auxiliá-lo nas tarefas diárias e nas atividades pedagógicas.

Esse fato desencadeou uma batalha judicial, quando, em abril de 2015, a família de Samuel entrou com uma ação na justiça pedindo a contratação de um profissional para acompanhar o jovem. Em janeiro de 2016, a decisão judicial obrigou o Estado a providenciar o suporte necessário

¹ <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/jovem-luta-para-ir-a-escola-1.1527412>

Esse caso marcou profundamente a cidade de Redenção, pois, além de expor a precariedade do atendimento educacional a alunos com deficiência, gerou uma mobilização significativa para tornar obrigatória a presença de profissionais de apoio nas escolas. Como consequência dessa luta, as famílias de outros alunos com deficiência passaram a ter acesso a informações sobre seus direitos, por meio de campanhas organizadas nas redes sociais pelos familiares de Samuel.

Essas campanhas alertaram sobre os direitos previstos na Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), que, no inciso XVII, determina que é dever do Estado oferecer profissionais de apoio escolar. A partir dessa conscientização, a cidade passou a adotar medidas para garantir que os alunos com deficiência recebessem a assistência especializada necessária para acompanhar as atividades pedagógicas de forma plena e igualitária.

Em fevereiro de 2022, a Prefeitura Municipal de Redenção publicou o Edital nº 001/2022, destinado à seleção de estagiários remunerados para estudantes de licenciaturas, Humanidades ou psicologia (Redenção, 2022) para atuarem como profissionais de apoio nas escolas da rede pública. O objetivo era:

Institui o serviço do profissional de apoio, como medida a ser adotada pelos sistemas de ensino no contexto educacional devendo ser disponibilizado sempre que identificada a necessidade individual do estudante, visando a acessibilidade às comunicações e a atenção aos cuidados pessoais de alimentação, higiene e locomoção. (Redenção, 2022, p.1)

Já em 2024, a Prefeitura de Redenção publicou o Edital nº 001/2024, que trouxe uma mudança significativa no perfil dos estagiários: enquanto no primeiro edital as vagas eram destinadas apenas a estudantes universitários, o novo edital abriu as portas para pessoas com ensino médio completo, permitindo uma flexibilização nos requisitos de qualificação acadêmica. Esse ajuste no perfil dos candidatos à vaga de estagiário reflete uma tentativa de ampliar a oferta de profissionais de apoio, dado o aumento da demanda por esses profissionais nas escolas da cidade, mas também levanta questões sobre a qualificação e a eficácia do suporte oferecido aos alunos com necessidades especiais.

O caso de Samuel Delfino é emblemático, pois evidencia não apenas a luta de uma família por um direito básico, mas também o reflexo dessa luta nas políticas públicas locais, especialmente no que diz respeito à contratação de profissionais de apoio para garantir a inclusão educacional, além disso, a experiência da família de Samuel é um exemplo claro da importância de profissionais qualificados que possam atuar no cotidiano de alunos com

necessidades específicas, criando condições para sua plena participação no processo educativo.

Portanto, a pesquisa se propõe a investigar as percepções dos estagiários, os desafios que enfrentam na prática pedagógica e o impacto das políticas públicas de apoio no processo de inclusão escolar, contribuindo para a reflexão sobre como as políticas de formação e contratação de estagiários podem ser aprimoradas para garantir a inclusão efetiva e o atendimento de qualidade aos alunos com deficiência.

Dados recentes do Censo Escolar da Educação Básica 2022 apontam um aumento significativo no número de matrículas de estudantes com deficiência, alcançando 1,5 milhão de matrículas, um crescimento de 29,3% em relação a 2018. O maior número de matrículas concentra-se no ensino fundamental, com 65,5% das inscrições. Notavelmente, o aumento na educação infantil foi o maior, com uma expansão de 100,8%. Este crescimento reflete não apenas a expansão da educação inclusiva, mas também a crescente necessidade de profissionais capacitados para lidar com a diversidade no ambiente escolar.

Em muitas escolas, os professores de sala regular não têm condições suficiente para atender a todos os alunos, o que torna fundamental o apoio de profissionais de apoio escolar (PÃEs), os quais desempenham um papel vital em auxiliar na adaptação curricular, na execução de atividades e no acompanhamento das necessidades específicas de cada aluno.

A escolha deste tema para pesquisa é profundamente motivada por minha experiência pessoal e profissional. Tenho em minha família uma parente diagnosticada com Síndrome de Down e que frequentou uma escola de Redenção até 2012. Na época, as iniciativas de inclusão eram incipientes e as estratégias pedagógicas adotadas não eram adequadas para as suas necessidades.

A falta de profissionais especializados e a inexistência de adaptações no currículo escolar dificultaram a participação efetiva dela nas atividades escolares, prejudicando o seu aprendizado. Essa vivência pessoal me sensibilizou para as dificuldades que muitos alunos/as com deficiência enfrentam, especialmente quando as escolas não possuem as condições necessárias para um atendimento educacional de qualidade.

No contexto da minha própria experiência, percebi as limitações estruturais e pedagógicas que existiam nas escolas de Redenção na época e como isso afetou diretamente nossa família. Essa vivência não só me conectou emocionalmente ao tema da educação

inclusiva, mas também me motivou a buscar soluções que possam contribuir para a melhoria das condições de ensino para alunos com necessidades educacionais especiais.

É importante destacar que, como apontado por Menezes (2021), as mães desses alunos frequentemente enfrentam uma sobrecarga de responsabilidades e, muitas vezes, acabam se isolando socialmente devido à escassez de uma rede de apoio efetiva, pois o abandono paterno é comum nesses casos e não existem políticas públicas que auxiliem essas mães. Nesse cenário, os profissionais de apoio escolar surgem como um elo crucial entre a escola e a família, proporcionando um canal de comunicação direta que facilita a permanência dos alunos no ambiente escolar e a superação das dificuldades de aprendizagem.

Em setembro de 2023, ao iniciar minha atuação como estagiária na área de educação inclusiva na Escola Sebastião José Bezerra, observei diversas lacunas no atendimento aos alunos com deficiência e na articulação entre os profissionais da escola e os órgãos de apoio pedagógico, como o Núcleo de Apoio Psicossocial educacional (NAPE) e o Atendimento Educacional Especializado (AEE) responsáveis pela contratação e formação dos estagiários. Um dos maiores desafios encontrados foi a falta de integração entre a gestão escolar, NAPE, e AEE, o que gerou conflitos nas orientações recebidas pelos estagiários.

Constatei que Muitas vezes, os professores transferem para os estagiários a responsabilidade pela adaptação das atividades pedagógicas, embora, segundo as diretrizes, a função principal do estagiário seja “ Auxiliar nas atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante acompanhado, sempre que necessário/ orientar ou auxiliar a criança/adolescente nas atividades propostas pelo professor. ” (NAPE, 2023, P.1)

Essas observações, juntamente com a falta de formação específica para os estagiários, que frequentemente são deixados com a responsabilidade de adaptar o conteúdo sem o apoio necessário, reforçam a necessidade de investigação sobre os desafios enfrentados pelos profissionais de apoio escolar no contexto da educação inclusiva. A pesquisa de Silva (2023, p. 07) no estado da Bahia conclui que:

A pesquisa demonstrou que o PAE representa no contexto investigado o único suporte dentro da escola regular, revelando a falta de investimento em outros serviços previstos pela Política de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva. Constatou-se um desconhecimento sobre as atribuições do PAE pela comunidade escolar e um desvio da função de cuidados básicos para atividades de cunho pedagógico. (Silva, 2022, p.07)

Dessa forma, é importante investigar se essas dificuldades se repetem no contexto da Escola Sebastião José Bezerra e de que forma as políticas públicas podem ser aprimoradas.

A educação inclusiva é um tema de relevância social incontestável, pois visa não apenas garantir o direito à educação, mas também transformar a sociedade, promovendo a diversidade, o respeito e a solidariedade. Portanto, investigar as vivências dos estagiários que atuam como profissionais de apoio escolar e entender as dificuldades que eles enfrentam é essencial para melhorar a qualidade da educação inclusiva e contribuir para a construção de um ambiente mais acolhedor e acessível a todos.

Esta pesquisa visa não apenas identificar os desafios, mas também propor soluções que possam contribuir para a melhora na formação dos estagiários, na comunicação entre os diversos agentes escolares e na implementação de estratégias pedagógicas mais eficazes para alunos com deficiência.

Assim, a relevância social deste estudo reside na busca por soluções práticas que aprimorem a inclusão educacional, garantindo que todas as crianças possam ter uma educação de qualidade, respeitando suas especificidades e promovendo a equidade no ambiente escolar. O fortalecimento da atuação dos PAEs e a integração mais eficaz entre a escola, os estagiários e as famílias são passos fundamentais para alcançar uma educação verdadeiramente inclusiva, capaz de atender às necessidades de todos os alunos, sem exceção.

3 DISCUSSÃO TEÓRICA

3.1 Histórico da Educação Especial até o Paradigma da Inclusão

A trajetória da educação para pessoas com deficiência passou por diferentes fases, refletindo as mudanças nas concepções sociais e educacionais sobre a deficiência. Inicialmente, na fase de exclusão, não havia qualquer provisionamento educacional para as pessoas com deficiência, que eram, em grande parte, consideradas incapazes de participar do processo educacional, sendo afastadas do acesso à educação escolar (Sassaki, 1997).

A seguir, no período da segregação institucional, diante da impossibilidade de acesso a escolas comuns, às famílias de crianças e jovens com deficiência se organizaram para criar escolas especiais. Nessa fase, conforme Sassaki (1997), locais como hospitais e instituições residenciais também passaram a ser utilizados como espaços para a educação dessas crianças, refletindo uma abordagem assistencialista e isolada.

A integração, segundo Minetto (2010), é uma fase que sucedeu a segregação, com o objetivo de inserir os alunos com deficiência nas escolas regulares. No entanto, essa inserção ocorria de forma parcial, pois os alunos eram alocados em classes ou salas separadas, com adaptações mínimas. Dessa forma, a integração atendia apenas os alunos considerados mais aptos para o convívio social, sem um compromisso real por parte das escolas e dos sistemas de adaptar-se às necessidades desses alunos a autora afirma que a integração:

Vem para defender o direito da criança com deficiência a ser inserida na sociedade e principalmente na rede regular de ensino, porém a mesma com esforço próprio teria que adaptar-se ao ambiente, enquanto que as escolas e os sistemas mantinham-se inalterados, não tinham o compromisso em adaptar-se às necessidades destes alunos. (Minetto, 2010, p.46)

Por fim, no modelo de inclusão, busca-se uma educação onde todos os alunos, com ou sem deficiência, compartilham as mesmas salas de aula. Neste contexto, os ambientes físicos e os procedimentos pedagógicos devem ser adaptados para garantir o atendimento às diversas necessidades dos alunos, promovendo uma educação que respeite e valorize as diferenças individuais. Segundo MITTER:

A inclusão diz respeito a todos os alunos, e não somente a alguns. Ela envolve uma mudança de cultura e de organização da escola para assegurar acesso e participação para todos os alunos que a frequentam regularmente e para aqueles que agora estão em serviço segregado, mas que pode retornar a escola em algum momento. (MITTER, 2003, p. 236).

Em 1994, a UNESCO publicou a Declaração de Salamanca, um marco histórico para a educação inclusiva, considerado um "divisor de águas" na área da educação inclusiva alguns de seus artigos dizem:

Artigo 1º: "A educação deve ser entendida como o direito de todas as crianças, independentemente de suas condições, de participar da vida escolar em igualdade de oportunidades" (UNESCO, 1994, p. 33).

Artigo 2º: "Os programas de estudos devem ser adaptados às necessidades da criança e não o contrário. As escolas deverão, por conseguinte, oferecer opções curriculares que se adaptem às crianças com capacidade e interesses diferentes" (UNESCO, 1994, p. 33).

Artigo 6º: "A inclusão deve ser promovida em todos os níveis do sistema educacional, desde a educação infantil até o ensino superior, assegurando que todos os alunos, independentemente de sua condição, participem ativamente na vida escolar" (UNESCO, 1994, p. 33).

Artigo 7º: "É necessário que a formação de professores seja aprimorada para que possam atender a uma diversidade de alunos, incluindo aqueles com necessidades especiais. Devem ser oferecidas oportunidades de capacitação contínua para garantir que os educadores estejam preparados para promover uma educação inclusiva de qualidade" (UNESCO, 1994, p. 34).

Apesar das conquistas significativas na área da educação inclusiva, a transição do paradigma integrativo para o inclusivo trouxe novos desafios. De acordo com pesquisa realizada pelo Instituto Rodrigo Mendes (2022), "88,1% dos estudantes público-alvo da educação inclusiva estavam matriculados em classes comuns, mas ainda persiste o desafio de garantir que 100% das crianças sejam incluídas nessas turmas". (INSTITUTO RODRIGO MENDES, 2022, p.06)

3.2 Educação inclusiva e a legislação brasileira

A educação inclusiva no Brasil tem sido construída ao longo dos anos com base em uma série de marcos legais que garantem o direito de todas as pessoas a uma educação de qualidade no sistema regular de ensino. A Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) é o primeiro grande pilar dessa construção, ao estabelecer que a educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família (artigo 205), além de ressaltar a necessidade de atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (artigo 208). Esses princípios refletiram um avanço significativo, pois, embora o direito à educação fosse garantido, a implementação da inclusão real ainda dependia de políticas públicas efetivas que concretizassem essa ideia nas escolas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394/1996 (Brasil, 1996) foi um passo importante nesse caminho, pois determinou que a educação especial deveria ser oferecida de forma integrada ao ensino regular, sempre que possível (artigo 58). Essa legislação significou um avanço em relação à segregação, pois passou a reconhecer que as pessoas com deficiência deveriam ser incluídas no contexto escolar de forma mais integrada, embora a aplicação desta lei fosse desafiadora, já que muitas escolas ainda não estavam preparadas para receber esses alunos. Foi um marco, mas ainda havia um longo caminho para a criação de uma educação realmente inclusiva.

Em 2008, com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), o Brasil consolidou de vez a inclusão como a principal diretriz para a educação de alunos com deficiência. Essa política visava eliminar as barreiras ao aprendizado e criar um ambiente educacional mais acessível para todos os alunos, independentemente das suas limitações. A criação de ambientes escolares inclusivos, com adaptações pedagógicas e suporte especializado, foi uma resposta importante às desigualdades históricas enfrentadas pelas pessoas com deficiência, embora a implementação dessa política tenha exigido uma mudança significativa tanto nas práticas pedagógicas quanto nas infraestruturas das escolas.

A Lei Brasileira de Inclusão - Lei nº 13.146/2015 (Brasil, 2015), também conhecida como o Estatuto da Pessoa com Deficiência, foi um marco ainda mais significativo ao garantir de forma detalhada os direitos das pessoas com deficiência, incluindo o direito a uma educação inclusiva com o apoio especializado necessário. Ela foi uma conquista fundamental, pois não só fortaleceu o direito à educação, mas também abordou questões como acessibilidade e discriminação, refletindo uma visão mais ampla e integrada da inclusão. No entanto, para que os benefícios da lei se concretizassem de forma plena, seria necessário garantir a formação contínua dos profissionais da educação, além de oferecer as condições adequadas nas escolas.

O Decreto nº 7.611/2011 (Brasil, 2011), que regulamentou o Atendimento Educacional Especializado (AEE), trouxe uma importante orientação sobre como a educação especial deveria ser organizada dentro das escolas. Esse decreto visou garantir que alunos com deficiência tivessem o apoio necessário para sua inclusão, com serviços especializados complementando ou suplementando o ensino regular. Apesar de ser um avanço, a implementação efetiva do AEE ainda depende de uma infraestrutura adequada e de uma

formação contínua dos educadores, algo que nem sempre é garantido em todas as regiões do país.

O Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 13.005/2014 (Brasil, 2014), trouxe um planejamento estratégico para a educação no Brasil, com metas claras para ampliar a inclusão de estudantes com deficiência nas escolas regulares e garantir o atendimento especializado. A Meta 4 do PNE, que trata especificamente da inclusão escolar, refletiu o compromisso do governo federal em avançar na implementação da educação inclusiva. No entanto, a execução do plano depende da efetiva aplicação de recursos e da capacitação de profissionais, o que nem sempre ocorre de maneira equitativa em todas as regiões do país.

Em 2020, o Decreto nº 10.502 (Brasil, 2020) tentou reverter algumas das conquistas da educação inclusiva, ao promover a ideia de uma educação especial segregada. Esse decreto foi amplamente criticado por especialistas e organizações de direitos humanos, pois foi visto como um retrocesso. Felizmente, o decreto foi revogado em 2021, reafirmando o compromisso do Brasil com a educação inclusiva. Esse episódio deixou claro a importância de se proteger os direitos conquistados, especialmente quando há tentativas de enfraquecê-los.

Em resumo, ao longo das últimas décadas, o Brasil tem avançado na construção de uma educação mais inclusiva por meio de uma série de marcos legais. Cada uma dessas legislações reflete uma tentativa de garantir o direito à educação para todos, independentemente de suas condições. No entanto, embora as leis sejam fundamentais, a verdadeira inclusão só será possível quando as escolas estiverem preparadas para receber todos os alunos de forma equitativa, com os recursos e o apoio necessário.

3.3 Políticas Públicas e Formação de Docentes na Perspectiva da Inclusão

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 1996, foi um marco importante na reestruturação da educação brasileira e incluiu a educação especial no ensino regular como princípio fundamental. A LDB estabelece em seu art. 58 que a educação especial deve ser integrada ao ensino regular, sempre que possível, como forma de promover a inclusão dos alunos com deficiência nas escolas regulares (Brasil, 1996).

A partir dessa legislação, surgiram demandas urgentes por capacitação e formação de professores para atender as necessidades desses alunos, seja por meio de adaptações curriculares, metodológicas ou de recursos de apoio. No entanto, a implementação dessa política foi e continua sendo um grande desafio, já que muitas escolas e professores ainda não estão completamente preparados para lidar com a diversidade presente nas salas de aula.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), estabelecida pelo Ministério da Educação, veio consolidar a educação inclusiva como uma diretriz oficial para o país. Este documento apresenta um modelo de educação inclusiva baseado na integração de alunos com deficiência no ensino regular, com o apoio de recursos pedagógicos especializados.

A política enfatiza a importância da formação dos docentes, propondo que os professores das escolas regulares recebam capacitação contínua para atender a diversidade dos alunos com deficiência (Brasil, 2008). Esse movimento busca não apenas garantir o acesso desses alunos ao sistema regular de ensino, mas também melhorar a qualidade de sua educação, permitindo que eles possam aprender e se desenvolver com as adaptações necessárias.

A capacitação de professores, conforme a política, deve ser realizada tanto na formação inicial, durante os cursos de graduação, quanto na formação continuada ao longo da carreira docente, com programas de atualização que ofereçam subsídios teóricos e práticos para lidar com os desafios da inclusão. A interdisciplinaridade também é enfatizada, ou seja, a formação dos professores deve envolver não apenas os aspectos pedagógicos, mas também o trabalho colaborativo com outros profissionais, como psicólogos, terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos, que contribuem para o desenvolvimento integral dos alunos com deficiência. (Sasaki, 1997)

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI), ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, sancionada em 2015, representa um marco ainda mais avançado em relação à educação inclusiva, pois garante explicitamente o direito à acessibilidade e à participação plena dos alunos com deficiência no sistema de ensino regular. A LBI estabelece, no art. 28, que os profissionais da educação devem ser capacitados para promover a inclusão efetiva desses alunos, oferecendo-lhes o apoio necessário para que possam se desenvolver dentro das escolas regulares (Brasil, 2015). A lei também reforça a importância da formação contínua de docentes, com ênfase em

práticas pedagógicas adaptadas, recursos tecnológicos e acessibilidade, incluindo a utilização de tecnologias assistivas que possibilitem a aprendizagem de todos os estudantes.

Além disso, a LBI exige que as instituições de ensino e os gestores escolares promovam um ambiente educacional acessível e acolhedor, considerando as especificidades dos alunos com deficiência. A implementação de medidas que garantam essa acessibilidade exige a capacitação de todos os profissionais envolvidos no processo educacional, não apenas os professores, mas também os gestores, coordenadores pedagógicos e funcionários da escola. (Brasil, 2015)

Plano Nacional de Educação – Lei nº 13.005/2014 O Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 13.005/2014, também desempenha um papel crucial na promoção da educação inclusiva no Brasil. A Meta 4 do PNE é voltada para a inclusão escolar de alunos com deficiência, com a exigência de capacitação de todos os professores da educação básica para atuarem de maneira inclusiva, garantindo o atendimento especializado e a adaptação das práticas pedagógicas (Brasil, 2014).

O PNE estabelece que, até 2024, todos os profissionais da educação básica deverão ser capacitados em práticas inclusivas, o que implica em uma reforma nos cursos de formação inicial e em programas contínuos de formação, para que os educadores possam atuar de forma eficaz em um ambiente educacional cada vez mais diversos.

No entanto, apesar dessas políticas e legislações, a efetiva implementação da educação inclusiva no Brasil ainda enfrenta desafios significativos. A desigualdade de acesso à formação de qualidade, especialmente nas regiões mais remotas do país, a falta de recursos adequados nas escolas e a falta de apoio institucional ainda dificultam o processo de inclusão.

Segundo o Censo Escolar de 2020, cerca de 40% das escolas públicas no Brasil não possuem recursos de acessibilidade adequados, como salas de recursos multifuncionais e materiais pedagógicos específicos para alunos com deficiência (INEP, 2020), o que dificulta ainda mais o trabalho do professor na implementação de estratégias pedagógicas inclusiva. Por outro lado, a presença de políticas públicas estruturadas tem sido fundamental para impulsionar mudanças importantes no campo

da educação inclusiva, e a formação de docentes continua sendo um fator decisivo para a efetividade dessas mudanças.

3.4 Desafios e potencialidades Vivenciados pelos/as Estagiários/as na Educação Inclusiva

A função de estagiário na educação inclusiva é um conceito relativamente recente na cidade de Redenção, tendo sido introduzida apenas em 2022, com o lançamento do primeiro edital para este cargo. Na minha experiência prática como estagiária, pude perceber tanto lacunas significativas quanto algumas potencialidades relacionadas a essa função é evidente que a inserção dos estagiários no ambiente escolar, ainda carece de uma estrutura de formação mais sólida e de uma orientação mais eficaz por parte dos órgãos responsáveis (AEE, NAPE e gestão escolar), porém, a função de estagiário na educação inclusiva traz consigo uma perspectiva de constante aprendizado, o que pode ser uma grande vantagem, desde que acompanhada de um suporte adequado. Essa experiência prática, aliada a uma formação contínua e especializada, pode transformar o estágio em uma ferramenta de grande impacto tanto para o estagiário quanto para os alunos com deficiência.

Segundo estudo realizado por Silva e Alves (2023) na cidade de Redenção- CE diz que o Art. 6º da Lei Municipal nº 1717, de 1º de fevereiro de 2019, deixa claro que o suporte e acompanhamento dos estagiários na educação inclusiva devem ser fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação (SME), com a colaboração de profissionais qualificados, como psicólogos. Além disso, é especificado que as atividades realizadas pelos estagiários devem estar alinhadas aos cursos superiores aos quais estão vinculados.

O processo formativo e o suporte oferecido pela SME são aspectos fundamentais, pois, conforme apontado nas entrevistas realizadas, a formação teórica de fato ocorre. No entanto, os estagiários relatam a falta de um suporte técnico mais aprofundado, que permita uma compreensão mais detalhada sobre os tipos de deficiência e transtornos, suas características e abordagens pedagógicas.

Os entrevistados também destacam a necessidade de orientações mais específicas sobre como lidar com situações do cotidiano escolar, com as quais se deparam no acompanhamento das crianças. As narrativas dos estagiários revelam, portanto, uma lacuna importante na formação oferecida:

A gente tem uma formação, todo mês a gente se une, reúne vários estagiários e eu acho que é uma formação um pouco deficiente, porque geralmente a gente vai contar nossa experiência. Conta algumas coisas que não está sendo legal e a psicóloga anota, mas ela não aprofunda muito sobre as “crianças deficientes”, como é que a gente tem que se portar. Geralmente a gente tem algumas dicas na escola, mas na formação, de fato, eu acho uma formação bem deficiente. Eu sempre saio assim, com a sensação de que está faltando alguma coisa. A gente só escutou, escutou e trocou experiência. Mas, de fato, se juntar, mostrar um slide, dizer que algumas crianças agem assim e outras não, eu sinceramente não escuto” (estagiário/a). [...] Essa formação acontece quando eles marcam pra saber os nossos relatos, dar alguns informes, mas assim eu acho que muitas vezes não é muito suficiente. Por quê? A gente não tem preparo pra lidar com aquela criança, a gente está lidando com uma criança “especial”, mas a gente não tem aquela carga de capacitação pra lidar de fato com aquela criança. Aquela criança que tem aqueles momentos eufóricos às vezes fica triste, às vezes está animado, então muitas vezes a gente não sabe lidar (estagiário/a). (SILVA; ALVES, 2023, p.05)

Esse tipo de relato evidencia a lacuna na formação teórica que poderia capacitar os estagiários a lidar com as diferentes nuances da educação inclusiva, embora a experiência prática seja um dos pilares fundamentais do estágio, a falta de uma base teórica sólida pode comprometer a eficácia da atuação dos estagiários na educação inclusiva. A educação inclusiva exige uma abordagem pedagógica que seja ao mesmo tempo flexível e fundamentada em teorias educacionais e psicológicas, capazes de adaptar o ensino às necessidades específicas de cada aluno.

Nesse sentido, constatei com minha própria experiência prática, que sem o suporte de uma formação sólida, pode gerar uma atuação improvisada, o que pode ser prejudicial para o desenvolvimento dos alunos com deficiência. Além disso, é importante destacar que, frequentemente, essas formações são canceladas, o que agrava ainda mais a situação.

Outro fator que dificulta o trabalho dos estagiários são as "brechas" nas diretrizes. De acordo com as normas estabelecidas, a obrigatoriedade da presença do estagiário está vinculada exclusivamente aos dias em que o aluno que ele acompanha está na escola. Ou seja, caso o aluno falte, o estagiário não seria obrigado a comparecer naquele dia específico. Nas formações mensais, o AEE (Atendimento Educacional Especializado) frequentemente menciona que essa regra ficará a critério de cada gestão escolar, ou seja, cabe à gestão decidir se o estagiário deve ou não comparecer.

No entanto, observei que isso levanta uma questão importante: considerando que as funções do estagiário são voltadas exclusivamente para o atendimento ao aluno, o que se espera que o estagiário faça na escola nos dias em que o aluno faltar? As diretrizes também estabelecem que, caso o aluno com deficiência falte, o estagiário não deve atender a outra

criança no lugar, a fim de evitar o estabelecimento de vínculos emocionais ou o surgimento de ciúmes entre os alunos. Essa norma visa garantir que o relacionamento do estagiário seja mantido de forma exclusiva com o aluno a quem está destinado, preservando a continuidade e a singularidade do acompanhamento individualizado.

O fato de o estagiário ser designado exclusivamente para atender crianças que possuem laudo médico dificulta ainda mais o processo de inclusão, especialmente no município de Redenção, onde há um número limitado de profissionais especializados, como neuropsicólogos. Atualmente, existe apenas um profissional da área, que não consegue atender a toda a demanda existente.

Como resultado observei que algumas vezes o estagiário acaba ficando com mais de uma criança, incluindo aquelas que ainda não possuem o laudo, e, portanto, não têm direito a acompanhamento exclusivo. Essa falta de documentação, que garante o atendimento individualizado, gera um cenário de sobrecarga para o professor titular, que precisa assumir outras funções, e também para o estagiário, que, muitas vezes, acaba assumindo a responsabilidade pelo atendimento de outra criança sem a devida capacitação ou suporte específico.

A questão da inclusão escolar, torna-se ainda mais complexa quando, além das dificuldades inerentes à adaptação pedagógica, há a resistência de alguns pais de alunos sem deficiência, que temem que a qualidade do ensino seja comprometida. Segundo Mantoan (2003, p. 15), "há também um movimento de pais de alunos sem deficiências, que não admitem a inclusão, por acharem que as escolas vão baixar e/ou piorar ainda mais a qualidade de ensino se tiverem de receber esses novos alunos". Este posicionamento reflete uma visão equivocada sobre a inclusão, baseada em preconceitos e falta de informação, que acaba afetando a forma como os educadores e estagiários lidam com as estratégias pedagógicas.

A situação se torna ainda mais desafiadora quando o estagiário se propõe a retirar o aluno com deficiência da sala comum para oferecer um material pedagógico mais lúdico e específico, que possa despertar seu interesse e atender às suas necessidades. Entretanto, esse movimento não é isento de controvérsias, especialmente entre os professores titulares, que muitas vezes debatem a eficácia de tais práticas. Há uma preocupação de que, ao promover a inclusão apenas fora do ambiente da sala de aula regular, o estagiário possa estar, na verdade, criando uma exclusão implícita.

Além disso, constatei que a oferta de material didático diferenciado para os alunos com deficiência, dentro da própria sala de aula, pode gerar uma percepção equivocada por parte dos alunos sem deficiência, que poderiam se dispersar e desviar sua atenção, dificultando o trabalho do professor titular. Esse cenário evidencia a complexidade de equilibrar as necessidades pedagógicas de todos os alunos, sem perder de vista os princípios da educação inclusiva, que buscam promover a participação ativa de todos, respeitando suas diferenças, mas sem prejudicar a aprendizagem coletiva.

Em suma, as questões abordadas neste capítulo revelam que a implementação da educação inclusiva enfrenta múltiplos desafios, especialmente no que diz respeito à formação dos estagiários/as e à falta de suporte técnico e psicológico adequado. Para que a inclusão seja de fato efetiva, é necessário um aprimoramento das políticas públicas voltadas para a capacitação dos profissionais, além de uma revisão das diretrizes que orientam o trabalho dos estagiários/as.

Apesar dos desafios, a experiência prática na educação inclusiva traz diversas potencialidades para os estagiários/as. A convivência direta com alunos com deficiência oferece um aprendizado contínuo e dinâmico, desenvolvendo habilidades de adaptação pedagógica e personalização do atendimento. Essa experiência permite que os estagiários/as aprimorem sua flexibilidade, criatividade e sensibilidade, características essenciais para a prática docente.

Além disso, a troca constante de experiências entre os estagiários e outros profissionais da escola fortalece a rede de apoio e promove o aprendizado coletivo, ampliando a capacidade de resolução de problemas e a empatia. Essas competências desenvolvidas no estágio não se limitam apenas ao âmbito profissional, mas também influenciam a vida pessoal dos estagiários/as, tornando-os mais preparados para lidar com desafios e interações em diferentes contextos

4 OBJETIVOS

4.1 OBJETIVO GERAL:

- Analisar as experiências vivenciadas por estagiários da educação inclusiva na escola Sebastião José bezerra, da localidade de outeiro 2, Redenção (CE).

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Descrever as experiências desses/as estagiários/as na referida escola;
- Identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos estagiários/as da escola Sebastião José Bezerra.
- Conhecer como o trabalho de estagiário/a contribui para o desenvolvimento pessoal e profissional do mesmo/a.
- Entender a percepção dos estagiários/as sobre o suporte oferecido pela escola em termos de capacitação, recursos e acolhimento emocional.

5 METODOLOGIA

A pesquisa proposta adota uma abordagem qualitativa, com o objetivo de investigar as vivências dos estagiários de educação inclusiva na Escola Sebastião José Bezerra. Busca-se analisar suas experiências diárias, as dificuldades enfrentadas, as contribuições do estágio para seu desenvolvimento pessoal e profissional, e sua percepção sobre o suporte institucional oferecido pela escola, como capacitação, recursos e acolhimento emocional. A escolha da pesquisa qualitativa justifica-se pela sua capacidade de compreender o sentido das experiências humanas e dos fenômenos sociais em seu contexto específico, conforme enfatizado por Minayo (2014), que afirma: "A pesquisa qualitativa não se preocupa em quantificar, mas em compreender o sentido das experiências humanas e dos fenômenos sociais. Busca-se um entendimento profundo do contexto e das interações que ocorrem entre os sujeitos pesquisados".

O estudo será conduzido como um estudo de caso, visto que essa metodologia permite uma análise aprofundada de um fenômeno particular dentro de um contexto específico. A Escola Sebastião José Bezerra oferece um cenário ideal para compreender como as políticas de educação inclusiva são aplicadas na prática e como os estagiários vivenciam o processo de inclusão. O estágio supervisionado, nesse contexto, se configura como uma etapa essencial na formação docente, permitindo aos estagiários a aplicação de teorias pedagógicas em situações reais, além de enfrentar os desafios cotidianos da inclusão escolar.

A coleta de dados será realizada por meio de três estratégias principais: observação sistemática, entrevistas semiestruturadas e grupos focais. Primeiramente, a observação sistemática permitirá ao pesquisador acompanhar de perto o ambiente escolar, observando as práticas pedagógicas dos estagiários e as dinâmicas da inclusão na prática, com ênfase na interação dos estagiários com os alunos com deficiência. Em seguida, as entrevistas semiestruturadas possibilitarão que os estagiários expressem suas experiências no estágio, suas interações com alunos com deficiência e as dificuldades encontradas nas práticas pedagógicas. Por fim, os grupos focais criarão um espaço coletivo para a troca de experiências e reflexões entre os estagiários sobre o suporte institucional da escola, como capacitação, recursos pedagógicos e apoio emocional.

A análise dos dados será conduzida por meio da técnica de análise de conteúdo, que consiste na identificação e categorização das informações obtidas durante as entrevistas,

grupos focais e observações. As categorias de análise serão centradas em quatro eixos principais: (1) as experiências práticas dos estagiários, (2) as dificuldades enfrentadas, (3) o impacto do estágio no desenvolvimento pessoal e profissional dos estagiários e (4) a percepção sobre o suporte institucional oferecido pela escola. A interpretação dos dados buscará integrar as experiências vivenciadas pelos estagiários com a teoria da educação inclusiva, destacando os desafios encontrados na formação de futuros educadores para atuar nesse campo.

Quanto à ética, a pesquisa seguirá os princípios estabelecidos para estudos com seres humanos, assegurando o anonimato dos participantes, a confidencialidade dos dados e o consentimento livre e esclarecido. Todos os estagiários serão informados sobre os objetivos da pesquisa e terão a liberdade de participar de forma voluntária, assinando um termo de consentimento. Espera-se que os resultados da pesquisa tragam uma compreensão mais detalhada sobre as dificuldades enfrentadas pelos estagiários, o impacto do estágio em sua formação e a eficácia do suporte oferecido pela escola, contribuindo para a melhoria das práticas pedagógicas e o aprimoramento das políticas de formação de estagiários na educação inclusiva.

Portanto, ao explorar as experiências e percepções dos estagiários, esta pesquisa pretende fornecer subsídios valiosos para a formação de profissionais mais capacitados para atuar na educação inclusiva. Além disso, visa contribuir com o debate sobre as práticas pedagógicas e as condições de trabalho no contexto da educação inclusiva, destacando a importância de uma formação contínua e de suporte institucional adequado para a efetiva implementação da inclusão nas escolas.

6 CRONOGRAMA

Etapa	Descrição	Período
1. Planejamento e Revisão Bibliográfica	Pesquisa e revisão de literatura sobre educação inclusiva, estágio e legislação.	1º a 2º mês
2. Definição da Metodologia e Instrumentos	Elaboração dos instrumentos de coleta de dados (entrevistas, grupos focais, etc.).	2º a 3º mês
3. Aprovação Ética e Logística	Obtenção de aprovação ética e preparação logística (contato com a escola, agendamento).	3º a 4º mês
4. Coleta de Dados (Entrevistas)	Realização de entrevistas semiestruturadas com estagiários e outros envolvidos.	5º a 6º mês
5. Coleta de Dados (Grupos Focais)	Realização de grupos focais com estagiários para compartilhar experiências.	6º a 7º mês
6. Coleta de Dados (Observação Participante)	Acompanhamento da prática dos estagiários na escola, observando a dinâmica da inclusão.	7º a 8º mês
7. Análise de Dados	Codificação e análise dos dados coletados.	9º a 10º mês
8. Redação do Relatório e Resultados	Elaboração do relatório final com análise e conclusões.	10º a 11º mês
9. Revisão e Ajustes	Revisão do relatório final e ajustes nas conclusões.	11º mês
10. Apresentação dos Resultados	Apresentação final do trabalho ou defesa.	12º mês

7 REFERÊNCIAS

SILVA, Michele. **O profissional de apoio escolar de estudantes com deficiência em escolas públicas**. 2023. 120 f. Dissertação (Mestrado em [Curso]) – Programa de Pós-Graduação em [Educação], Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/38887>. Acesso em: 18 out. 2024

MINETTO, Maria de Fátima Joaquim et al. **Diversidade na aprendizagem de pessoas portadoras de necessidades especiais**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2010.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 4. ed. São Paulo: Papyrus, 1997.

INSTITUTO RODRIGO MENDES. **Educação inclusiva: recomendações de políticas de educação inclusiva para governos estaduais e federais**. 2022. Disponível em: https://institutorodrigomendes.org.br/wp-content/uploads/2022/08/Educacao-Inclusiva_Ed.Ja2022.pdf. Acesso em: 18 out. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 18 out. 2024.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducuespecial.pdf>. Acesso em: 18 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 18 out. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado**. Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 18 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE**. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 18 out. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020. Institui a nova Política Nacional de Educação Especial**. Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível

em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2020-2022/2020/decreto/d10502.htm. Acesso em: 18 out. 2024.

ONU. Organização das Nações Unidas. Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência e seu protocolo facultativo. Nova York: ONU, 2006. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/572324/2/MANUAL%20PEDAG%C3%93GICO.pdf>. Acesso em: 16 set. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENÇÃO. Edital n. 001/2022 - Processo seletivo simplificado para estágio remunerado da Secretaria Municipal de Educação de Redenção – Educação Inclusiva. Redenção: Prefeitura Municipal de Redenção, 2022. Disponível em: <https://www.redencao.ce.gov.br/processoseletivo.php?grup=7>. Acesso em: 23 set. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENÇÃO. Edital n. 001/2024 - Processo seletivo simplificado de bolsistas para atuar como bolsistas no acompanhamento a estudantes com deficiência no município de Redenção-CE. Redenção: Prefeitura Municipal de Redenção, 2024. Disponível em: <https://www.redencao.ce.gov.br/processoseletivo.php?grup=13&id=953> Acesso em: 23 set. 2024

MENEZES, Tarcísio Almeida. **As mães na produção do cuidado à pessoa com deficiência**: uma cartografia na cidade de João Pessoa - PB. 2021. Dissertação (Mestrado em saúde coletiva)- Universidade federal da Paraíba centro de ciências da saúde programa de pós-graduação em saúde coletiva. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/22677>. Acesso em: 22 jun. 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do Conhecimento**: Pesquisa Qualitativa em Saúde. São Paulo, 2014.

SILVA, Maria Marília Rodrigues da; ALVES, Maria Alda de Sousa. **Os “estagiários de inclusão” na educação pública municipal de Redenção-CE**: uma análise do edital n° 001/2023. 2023.

BRASIL. Plano Nacional de Educação (PNE). **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/113005.htm. Acesso em: 15 nov. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo Escolar 2020**. Brasília, DF: INEP, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br>. Acesso em: 15 nov. 2024.

MINETTO, Maria Isabel. **Educação inclusiva**: novas perspectivas e desafios. 2. ed. São Paulo: UNESCO, 1994. Declaração de Salamanca e Framework de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Disponível em: <https://www.unesco.org/education/pdf/SALAMAN.PDF>. Acesso em: 7 out. 2024.